

PROVA ESTAGIÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

QUESTÃO 1 – Segundo a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, tem os seguintes fundamentos, EXCETO:

- a) soberania;
- b) cidadania;
- c) dignidade da pessoa humana;
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- e) solução pacífica dos conflitos

RESPOSTA E

QUESTÃO 2 De acordo com a Constituição Federal são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) A garantia do desenvolvimento nacional;
- c) A erradicação da pobreza e a marginalização
- d) O pluralismo político
- e) A redução das desigualdades sociais e regionais;

GABARITO D

3) Pelo texto constituição, são direitos sociais, EXCETO:

- a) a educação
- b) a saúde
- c) a alimentação
- d) o trabalho
- e) água potável

GABARITO LETRA E

4) Representa direito fundamental:

a) o civilmente identificado será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

b) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública

c) A lei sempre poderá restringir a publicidade dos atos processuais

d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

e) o preso apenas será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado se a autoridade policial considerar conveniente

LETRA D

5) De acordo com a CF, a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes, SALVO:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) banimento;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

LETRA D

6) segundo a CF, ao Tribunal do Júri são assegurados, EXCETO:

- a) a plenitude de defesa;
- b) a publicidade das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;
- e) o sigilo das votações

LETRA B

7) Segundo a CF, nos exatos termos do Art.134, a Defensoria Pública representa:

a) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

b) é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei

c) a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo

d) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

e) órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático,

LETRA A

8) Qual dos abaixo indicados NÃO PODE PROPOR AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE:

A) o Presidente da República;

B) a Mesa do Senado Federal;

C) a Mesa da Câmara dos Deputados;

D) a Mesa da Câmara de Vereadores do Município

e) Governador de Estado ou do Distrito Federal;

LETRA D

9) No que se refere ao Controle de constitucionalidade, nos termos da Lei 9868, pode-se afirmar que:

- a) Decorrido o prazo das informações, serão ouvidos, sucessivamente, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de cinco dias
- b) Proposta a ação direta, não se admitirá desistência
- c) a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria simples dos membros do Tribunal, observado o disposto no art. 22, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias
- d) A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*.
- e) A concessão da medida cautelar não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

LETRA B

10) Segundo o Art. 5º da CF:

a) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros mas não aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

b) homens e mulheres são iguais em direitos mas não em obrigações, nos termos desta Constituição;

c) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

d) - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo se houver determinação judicial;

e) é livre a manifestação do pensamento, permitida a censura sempre que considerado regular pelo Estado

LETRA C

PENAL

11) De acordo com o Código Penal:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina mas há pena sem prévia cominação legal
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, porém não cessará em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) A lei excepcional ou temporária, mesmo que decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência
- e) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão

LETRA C

12) É considerado QUALIFICADO O HOMICÍDIO, EXCETO:

- A) mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;
- B) por motivo fútil;
- C) com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;
- D) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;
- E) contra a criança por razões da condição da idade

LETRA E

13) Com relação ao furto:

- a) O tipo penal o define como “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” e prevê pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.
- b) A pena aumenta-se de metade, se o crime é praticado durante o repouso noturno.
- c) Se o criminoso é reincidente, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- d) O Furto é qualificado com três ou mais pessoas.
- e) Não há previsão de crime qualificado quando houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

LETRA A

14) Aquele que adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas, de acordo com a Lei 11.343/06, EXCETO:

- a) Pena privativa de liberdade; prestação de serviços à comunidade; medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- b) advertência sobre os efeitos das drogas; pena privativa de liberdade; medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- c) advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- d) advertência sobre os efeitos das drogas e prestação de serviços à comunidade apenas
- e) advertência sobre os efeitos das drogas apenas

LETRA C

15) O prazo para imposição e execução das penas previstas no Art.28 da lei de drogas, prescreve em:

- a) 2 anos
- b) 1 ano
- c) Seis meses
- d) 3 anos
- e) Não prescreve visto que se trata da Lei de Drogas

LETRA A

16) O crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, previsto no Art.24-A da Lei Maria da Penha:

- a) Tem pena de detenção, de 2 (dois) anos a 5 (cinco) anos
- b) Só ocorrerá quando a medida protetiva tiver sido deferida pelo juiz criminal
- c) Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança
- d) Na hipótese de prisão em flagrante não será concedida fiança.
- e) A punição pelo crime previsto no Art.24-A exclui a aplicação de outras sanções cabíveis

LETRA C

17) De acordo com o Código de Processo Penal, são medidas cautelares diversas da prisão, salvo:

- a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- b) proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;
- c) proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;
- d) proibição de ausentar-se da Comarca em todos os casos
- e) internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

LETRA D

18) Com relação à fiança, de acordo com o CPP:

- a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 6 (seis) anos.
- b) Será, concedida fiança aos que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida ou infringido, sem motivo justo, qualquer das obrigações a que se referem os arts. 327 e 328 deste Código;
- c) Não será concedida fiança nos casos de prisão civil
- d) O valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos seguintes limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos; de 100 (cem) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
- e) Mesmo que assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança não poderá ser dispensada

LETRA C

19) De acordo com o CPP, o juiz:

- a) formará sua convicção de forma íntima
- b) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

- c) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- d) O juiz formará sua convicção pelo sistema da íntima convicção, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- e) O juiz formará sua convicção pela convicção moral, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Letra B

20) Quanto ao Capítulo que define EXAME DO CORPO DE DELITO, E DAS PERÍCIAS EM GERAL no CPP, há previsão:

- a) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher;
- c) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior
- d) Durante o curso do processo judicial, não é permitido às partes, quanto à perícia requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos
- e) A autópsia será feita pelo menos oito horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

LETRA B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1- Possuem prazo em dobro em suas manifestações processuais, exceto:

- a) Defensoria Pública
- b) Ministério Público
- c) Autarquias
- d) Fundação Pública
- e) Estado estrangeiro

LETRA E

- 2- “O direito de ação é autônomo e independe da existência do direito material e de um resultado favorável ao autor”. Tal afirmação corresponde à ideia de qual teoria sobre o direito de ação:
- a) Teoria eclética
 - b) Teoria imanentista
 - c) Teoria abstrativista
 - d) Teoria concretista
 - e) Teoria da asserção

LETRA C

- 3- Pedro é casado com Júlia há 10 anos e deseja se divorciar. Possuem uma filha em comum, Catarina, com três anos de idade. Durante o matrimônio, o casal adquiriu uma casa e um automóvel. Catarina está residindo com a mãe, na cidade Londrina, com o que Pedro concorda. O casal residiu alguns anos em Apucarana, onde construíram a casa que será objeto da partilha, sendo que antes do fim da vida conjugal, o casal morou na cidade de Cianorte. Atualmente, Pedro está trabalhando e residindo em Cornélio Procópio e deseja ajuizar ação de divórcio cumulada com partilha de bens, oferecimento de alimentos e regulamentação de visitas. Pergunta-se: qual o juízo competente para o julgamento da ação?
- a) Comarca de Cornélio Procópio, haja vista que a competência em regra é firmada pelo domicílio do Autor;
 - b) Comarca de Londrina, haja vista que a competência é firmada em regra pelo domicílio do Réu;
 - c) Comarca de Cianorte, haja vista que a competência é firmada com base no último domicílio do casal;
 - d) Comarca de Londrina, haja vista que a competência é firmada com base no domicílio do guardião de filho incapaz;
 - e) Comarca de Apucarana com base no critério *foro rei sitae*

LETRA D

- 4- Em relação à pensão alimentícia, assinale a alternativa correta:
- a) Fixada a pensão em sentença judicial ou acordo extrajudicial firmado perante a Defensoria Pública e havendo inadimplemento, é necessário aguardar três meses de atraso na pensão para que seja possível autorizar a prisão civil do devedor de alimentos;
 - b) Fixada a pensão em sentença judicial ou acordo extrajudicial firmado perante a Defensoria Pública e havendo inadimplemento, não é necessário aguardar três meses de atraso na pensão para que seja possível autorizar a prisão civil do devedor de alimentos. Um mês de atraso é suficiente para se decretar a prisão;
 - c) Quando o alimentando completa 18 (dezoito) anos, a exoneração da pensão alimentícia é automática, não sendo necessário ajuizar ação de exoneração de alimentos;
 - d) É sempre cabível pleitear alimentos avoengos;

- e) É possível que o filho maior de 18 (dezoito) anos receba pensão alimentícia, nesse caso há presunção iuris tantum de necessidade do filho

LETRA B

5- Marina procura a Defensoria Pública para seu filho Caio, com apenas 1 ano de idade, ajuizar ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos em face de Bruno, apontado como pai, tendo em vista que Bruno se nega a registrar Caio, alegando dúvida sobre a paternidade. Após a realização de exame de DNA ficou constatado que Bruno é o pai biológico de Caio, motivo pelo qual o juízo responsável julgou procedente o pedido de investigação de paternidade, silenciando quanto aos alimentos. Nesse caso

- a) A sentença é ultra petita porque deixou de julgar pedido da parte, sendo cabível recurso de apelação, no prazo de 15 dias;
- b) A sentença é extra petita porque deixou de julgar pedido da parte, sendo cabível recurso de apelação, no prazo de 15 dias;
- c) A sentença é citra petita porque é omissa em relação a pedido formulado expressamente pela parte, sendo cabível embargos de declaração no prazo de 10 dias;
- d) A sentença é citra petita porque é omissa em relação a pedido formulado expressamente pela parte, sendo cabível apelação no prazo de 15 dias
- e) A sentença está correta, e o pedido de alimentos deve ser formulado em ação autônoma

LETRA C

DIREITO CIVIL

1- Sobre a união estável, assinale a alternativa correta:

- a) É a união entre duas pessoas do mesmo sexo ou entre duas pessoas de sexo diferente, de forma pública, contínua e duradoura e com o objetivo de constituição de família;
- b) É a união entre pessoas de sexo diferente, de forma pública, contínua e duradoura e com o objetivo de constituição de família
- c) Na união estável, não há deveres recíprocos entre os conviventes;
- d) Deve ser provada mediante escritura pública;
- e) É convertida automaticamente em casamento após o decurso do prazo de 2 anos

LETRA A

2- Não havendo manifestação expressa em sentido contrário, a regra sobre o regime matrimonial é:

- a) Comunhão universal de bens
- b) Comunhão parcial de bens
- c) Regime de participação final nos aquestos

- d) Separação legal de bens
- e) Separação convencional de bens

LETRA B

- 3- Segundo o Código Civil, são motivos que cessam a incapacidade civil, exceto:
- a) Emancipação
 - b) casamento;
 - c) exercício de emprego público efetivo;
 - d) colação de grau em curso de nível médio;
 - e) estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

LETRA D

- 4- A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece em seu art. 227, § 6º que: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Nesse dispositivo, a Constituição consagra o princípio da:

- a) Paternidade Responsável
- b) Intervenção mínima do estado
- c) Igualdade jurídica entre os filhos
- d) solidariedade familiar
- e) pluralismo

LETRA C

- 5- A respeito do instituto da guarda, assinale a alternativa correta:
- a) Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, ainda que um dos genitores declare ao magistrado que não deseja a guarda do menor;
 - b) A guarda não será compartilhada se um dos genitores não quiser ou ainda se, diante das circunstâncias concretas, o exercício da guarda compartilhada não for viável
 - c) Guarda compartilhada é aquela em que se alternam os períodos entre os genitores, de modo que cada um fique 15 dias no mês com o filho;
 - d) A regra no ordenamento jurídico é que a guarda seja exercida de forma unilateral por apenas um dos genitores, com direito de visitação por parte do outro genitor;
 - e) O pai ou a mãe que não detenha a guarda não possui o direito de fiscalizar a educação do filho.

LETRA B

QUESTÃO DISCURSIVA

Discorra sobre o papel a importância da Defensoria Pública dentro do sistema de justiça e da sociedade, destacando:

- Missão constitucional da Defensoria Pública
- A amplitude do conceito de necessitados.
- Possibilidade de atuação coletiva e extrajudicial da Defensoria Pública
- Princípios institucionais da Defensoria Pública previstos na Constituição